

Proposta a criação de novos títulos públicos

por Walter Diogo
do Rio

O presidente da Sul América Capitalização, Jorge Oscar de Mello Flores, encaminhando ao Banco Central um estudo com proposta para reduzir a dívida interna e baixar as taxas de juros no mercado interno. O projeto de Mello Flores prevê a criação de três novos títulos governamentais para trocar por ORTN, como instrumentos que reduziriam a pressão dos investidores pelo resgate das Obrigações do Tesouro. Com esses mecanismos, o Banco Central poderia diminuir as taxas de juros no mercado na rolagem de títulos e colocar novas ORTN com mais facilidade.

Segundo Mello Flores, o novo mecanismo não desobrigaria o governo de cortar as despesas para reduzir seu déficit orçamentário. Apenas daria mais desafogo e evitaria a aceleração no crescimento da dívida interna, devido ao serviço de resgate e de pagamento de juros e correção monetária.

O primeiro título previsto na proposta é a Apólice Reajustável do Tesouro Nacional (Arten), um papel que ofereceria juros de 2% ao ano, acima da ORTN, correção monetária na base do Índice Geral de Preços (IGP) da Fundação Getúlio Vargas e extenso prazo de resgate: em média, quinze anos, sendo cinco de carência. Após a carência, o resgate pode ser anual por vigésimos, mediante sorteio, liquidando-se em vinte anos.

O segundo título seria de prazo indeterminado, denominado Bônus Fiscal Reajustável da União (Bonfru), com taxas de juros e

correção iguais às da Arten. Esses títulos poderiam ser usados para o pagamento de Imposto de Renda dentro de tetos anuais.

O terceiro teria características de investimento. Seriam cotas de um fundo a ser constituído pelas ações de empresas governamentais. O fundo teria as ações das melhores empresas, como Petrobrás, Banco do Brasil, Vale do Rio Doce, e de empresas que são rentáveis e que não são comercializadas normalmente, como companhias telefônicas.

Os três títulos não seriam vendidos no mercado e só poderiam ser trocados por ORTN, de acordo com normas a serem fixadas pelo Conselho Monetário Nacional. Como atrativos para a permuta dos títulos, ele sugere que o governo permita que os novos papéis sejam

usados com as seguintes aplicações: cobertura de previsões técnicas de companhias seguradoras ou de previdência privada; participação em fundos de ações ou de títulos de renda fixa; depósitos compulsórios dos bancos comerciais no Banco Central; caução de empresas em concorrências e contratos da União; valores depositados com base para a emissão, pelos bancos de investimento, de certificados de depósitos em garantia; depósitos em ações judiciais movidas pela União contra pessoas físicas e jurídicas.

Mello Flores disse que seu projeto foi discutido, inicialmente, com diretores do Banco Central, de maneira informal. Agora, foi elaborado sob a forma de um projeto e entregue ao presidente do BC, Antônio Carlos Lemgruber.